

# Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## D01 - ÁREA DE DIREITO

**Turno: TARDE**

Código da Prova

**B**



Verifique se o código da prova é o mesmo  
do seu cartão de respostas



Duração da prova: **4 horas**

---

**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,  
A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO**

**“As grandes ideias surgem da observação dos pequenos  
detalhes.” (Augusto Cury)**



### **ATENÇÃO**

Este caderno contém oitenta questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E).

**Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.  
O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas.**

---

#### **LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio. O Cartão de Respostas é personalizado, impossibilitando a substituição.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio .
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas. O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

---

**BOA PROVA!**

---

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda ao que se pede.

### O que faz as coisas darem certo

Duas pessoas. Ambas têm a mesma escolaridade. A mesma origem social. As mesmas oportunidades. Por que a vida é generosa com uma e fecha a cara para a outra? O destino e a sorte têm pouco a ver com isso. O que tem a ver é o nosso comportamento. Coisas simples nas quais não prestamos atenção alguma. Coluna assumidamente autoajuda, aproveite a promoção.

Vou me demorar no que me parece mais importante: a forma com que cada um se comunica. A maioria dá o seu recado muito mal. Não estou me referindo apenas ao uso correto do português. A pessoa pode ser um acadêmico e mesmo assim ser um desastre ao transmitir o que pensa e o que deseja. Tampouco estou falando de sedução, xaveco. Estou falando de convocação para reuniões, convite para eventos, e-mails profissionais, bilhete para funcionários, mensagens de WhatsApp, postagens no perfil do Face, e, claro, as conversas, todas elas: presenciais, telefônicas, gravação de áudios. A gente simplesmente reluta em deixar as coisas esclarecidas, não dá a informação completa, não contextualiza. É tudo racionado, fragmentado, e a culpa nem é dos atuais vícios tecnológicos: ser preguiçoso na comunicação vem da pré-história. Sempre foi assim. As pessoas acreditam que as outras são adivinhas, têm bola de cristal.

“Olá, desculpe o atraso da resposta, muita correria, mas vamos em frente, queremos muito fechar um bate-papo com você. Pode ser dia 21 de outubro?” Exemplo que extraí da minha caixa de e-mails ontem, assinado por uma desconhecida. Fui checar na minha lista de excluídos se havia algum outro e-mail dela, para tentar descobrir do que se tratava. Havia. De fevereiro, quando ela fez um convite em nome de uma empresa. Ressurgiu agora como se tivesse pedido licença para ir ao banheiro e voltado em 10 minutos. Não, não posso dia 21, obrigada, fica para próxima.

Fazemos isso o tempo todo: não nos apresentamos direito, não retornamos contatos, não damos coordenadas, não cumprimos o que prometemos, não deixamos lembretes, não confirmamos presença, não explicamos nossos motivos, não avisamos cancelamentos, não falamos toda a verdade, não tiramos as dúvidas, não perguntamos, não respondemos. Parece tudo tão desnecessário. Aí o universo não coopera e a gente não entende por quê.

Além de se comunicar bem, há outros três grandes facilitadores na vida, coisas que interferem no modo como as pessoas nos analisam e que garantem nossa credibilidade: ser pontual, ser responsável e ser autêntico — esta última, das coisas mais cativantes, pois rara. Se o Papa Francisco não é presunçoso, por que raios você seria?

É quase inacreditável: as coisas dão certo por fatores que estão totalmente ao nosso alcance.

Martha Medeiros

### Questão 1

Em “Tampouco estou falando de sedução, xaveco.”, a palavra em destaque pode ser substituída por seu sinônimo em:

- (A) grosseria.
- (B) sinceridade.
- (C) indiferença.
- (D) desinteresse.
- (E) lábia.

### Questão 2

A alternativa em que todas as palavras foram formadas pelo mesmo processo de composição é:

- (A) passatempo – desnecessário – subnutrido.
- (B) fidalgo – pernilongo – embora.
- (C) preguiçoso – inacreditável – desgraçado.
- (D) cabisbaixo – pernalta – desanimado.
- (E) petróleo – aguardente – televisão.

### Questão 3

Em “Fazemos isso o tempo todo: não nos apresentamos direito, não retornamos contatos, não damos coordenadas, não cumprimos o que prometemos...” (4º §), o enunciado é formado por orações:

- (A) coordenadas sindéticas.
- (B) coordenadas assindéticas.
- (C) coordenadas e subordinadas.
- (D) subordinadas adverbiais.
- (E) subordinadas substantivas.

### Questão 4

Quanto à regência verbal, está correto o que se apresenta em:

- (A) Não lhe vi avançar o sinal, mas assisti o seu desrespeito ao passante.
- (B) Você deve conhecer a todas as possibilidades desse instrumento.
- (C) Cabe ao supervisor orientar o novo funcionário.
- (D) Ficou inclinado em aceitar o convite para a festa.
- (E) Aconselho-o uma refeição mais leve no jantar.

**Questão 5**

Assinale a opção CORRETA quanto à concordância:

- (A) Essas consultas não custam barato.
- (B) É vedado ao público a visita ao museu às terças-feiras.
- (C) Mostrou-nos que estava quites com os impostos do imóvel.
- (D) Em geral, nas estradas, é proibido a ultrapassagem pela direita.
- (E) Enviou-lhe, anexas às mensagens, a fotografia que garantia a sua presença.

**Questão 6**

Dentre as alternativas abaixo, encontradas no texto, a que estabelece uma interlocução é:

- (A) Tampouco estou falando de sedução, xaveco.
- (B) Por que a vida é generosa com uma e fecha a cara para outra?
- (C) Coluna assumidamente autoajuda, aproveite a promoção.
- (D) Exemplo que extraí da minha caixa de e-mail ontem.
- (E) Aí o universo não coopera e a gente não entende por quê.

**Questão 7**

O principal assunto abordado no texto é:

- (A) A falta de generosidade da vida para com algumas pessoas.
- (B) Os vícios tecnológicos que prejudicam a boa comunicação.
- (C) Como a forma descuidada com a comunicação compromete a sua qualidade e efetividade.
- (D) A presunção é uma característica dos comunicadores.
- (E) Para haver uma boa comunicação, condições difíceis têm que ser contornadas.

**Questão 8**

Pelas características do texto apresentado, identifica-se o seguinte gênero textual:

- (A) manifesto.
- (B) fábula.
- (C) novela.
- (D) crônica.
- (E) conto.

**Questão 9**

A alternativa em que todos os vocábulos estão grafados CORRETAMENTE é:

- (A) chineza – paralisia – apesar.
- (B) convencional – essência – impecílio.
- (C) pretenção – paralizia – cabeleireiro.
- (D) intervenção – obsessão – abscesso.
- (E) alteza – inverocímil – invencível.

**Questão 10**

A alternativa que contém INADEQUAÇÃO quanto ao emprego de homônimos ou de parônimos é:

- (A) Cidadãos iminentes passaram por aquela tribuna.
- (B) Organizaram uma festa benéfica em prol dos mais vulneráveis.
- (C) O paço episcopal fica no centro daquela cidade interiorana.
- (D) Receba o preito de nossa admiração pelo seu sucesso.
- (E) O tráfico de escravos denegriu a história brasileira.

**Questão 11**

A alternativa em que a palavra grifada tem sua classificação gramatical CORRETA é:

- (A) Na festa ele se comportou mal. (Adjetivo)
- (B) Mal você saiu, ela chegou. (Preposição)
- (C) Jamais esqueci o mal que nos causou. (Substantivo)
- (D) O mau atleta não se classificou. (Advérbio)
- (E) O time jogou mal. (Conjunção)

**Questão 12**

Assinale a alternativa que NÃO apresenta pronome relativo:

- (A) O filme a que assisti foi excelente.
- (B) O que queres não está aqui.
- (C) A rua por que passei era florida.
- (D) A prova que ele fez estava fácil.
- (E) O resultado mostrou que foi um fracasso.

**Questão 13**

No trecho “Durante o casamento, a palavra morreu-lhe nos lábios.”, a palavra grifada tem idêntica função sintática em:

- (A) Os enfermeiros seguraram-lhe o braço para que não caísse.
- (B) A jovem aluna agradeceu-lhe o ensinamento recebido.
- (C) A vida deu-lhe nova oportunidade de recomeço.
- (D) O funcionário entregou-lhe as chaves do vestiário.
- (E) A empresa pagou-lhe o salário contratado.

**Noções de Direito Público****Questão 14**

Na relação de emprego, o vínculo empregatício pressupõe:

- (A) que o trabalho seja prestado por uma pessoa jurídica.
- (B) que o trabalho seja prestado de forma esporádica e nos horários definidos pelo trabalhador.
- (C) a prestação de um serviço a um cliente, na relação empregador *versus* consumidor.
- (D) a existência de contraprestação onerosa pela realização do trabalho (pagamento de salário).
- (E) a inexistência de subordinação, e sim uma vinculação entre entidades, que têm o mesmo grau hierárquico.

**Questão 15**

Considerando o Código Civil de 2002, é correto afirmar que as normas sobre Aquisição de propriedade de imóveis estão contidas no Livro:

- (A) do Direito das Coisas.
- (B) do Direito de Empresa.
- (C) do Direito de Família.
- (D) das Relações de parentesco.
- (E) das Pessoas.

**Questão 16**

NÃO são espécies de tributos:

- (A) imposto e taxa.
- (B) imposto e empréstimo compulsório.
- (C) contribuição de melhoria e multa ambiental.
- (D) contribuição de melhoria e taxa.
- (E) multa penal e multa ambiental.

**Questão 17**

Considere a classificação dos atos administrativos quanto à função da vontade. Assim, é correto afirmar que os atos administrativos propriamente ditos e puros:

- (A) presupõem a existência de uma declaração de opinião (parecer), conhecimento (certidão) ou desejo (voto num órgão colegiado).
- (B) presupõem a existência de uma declaração de vontade da Administração, voltada para a obtenção de determinados efeitos jurídicos definidos em lei, a exemplo do tombamento e da requisição.
- (C) são os que decorrem da declaração de vontade de um único órgão, seja ele singular ou colegiado.
- (D) são os que resultam da manifestação de dois ou mais órgãos, cuja vontade se funde para formar um ato único.
- (E) são os que resultam da manifestação de dois ou mais órgãos, em que a vontade de um é instrumental em relação a do outro, que edita o ato principal.

**Questão 18**

A edição de medidas provisórias pelo Presidente da República pressupõe a existência de:

- (A) submissão imediata da medida às Assembleias Legislativas dos Estados.
- (B) detenção ou sequestro de bens de poupança popular.
- (C) Onze Ministros no Supremo Tribunal Federal.
- (D) força de emenda à Constituição.
- (E) relevância e urgência.

**Questão 19**

Segundo as normas processuais, o Juiz de Primeiro grau decide a lide por meio de uma decisão chamada:

- (A) decisão colegiada.
- (B) despacho.
- (C) sentença.
- (D) decreto legislativo.
- (E) ato de mero expediente.

**Questão 20**

A Parte Especial do Código Penal Brasileiro trata particularmente do(a)(s):

- (A) contravenções penais.
- (B) legislação penal especial.
- (C) legislação penal extravagante.
- (D) crimes de menor potencial ofensivo.
- (E) crimes em espécie.

**Questão 21**

O Direito Processual integra o ramo do Direito:

- (A) Público.
- (B) Privado.
- (C) Internacional Privado.
- (D) Intergeracional.
- (E) Econômico.

**Questão 22**

Considere a Administração Indireta. A pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei, é:

- (A) Sociedade de Economia Mista.
- (B) Empresa Pública.
- (C) Órgão Público.
- (D) Autarquia.
- (E) Organização Não-Governamental – ONG.

**Questão 23**

Sobre o processo legislativo, disciplinado no texto constitucional, é correto afirmar que:

- (A) as leis ordinárias são mais importantes que as leis complementares.
- (B) proposta de emenda constitucional tendente a abolir a separação dos Poderes não será objeto de deliberação.
- (C) a Constituição é a norma mais importante do ordenamento jurídico, por isso não poderá ser emendada.
- (D) lei complementar que verse sobre direitos humanos será recepcionada pelo ordenamento jurídico brasileiro como emenda à Lei Orgânica.
- (E) matéria reservada à lei complementar poderá ser objeto de delegação para fins de elaboração de lei delegada pelo Congresso Nacional.

**Questão 24**

Segundo a Constituição da República, o pluralismo político:

- (A) não existe no ordenamento jurídico brasileiro.
- (B) é princípio pelo qual a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais.
- (C) é fundamento da República Federativa do Brasil.
- (D) é poder dos Estados, independente e harmônico.
- (E) é poder da União, independente e harmônico.

**Questão 25**

De acordo com o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando: I - entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide; II - entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir; III - ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito. Trata-se do instituto do(a):

- (A) revogação.
- (B) nulidade.
- (C) jurisdição.
- (D) litisconsórcio.
- (E) tutela da evidência.

**Sistema de Informação - Geral****Questão 26**

O Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM) é produto da unificação de mais de quarenta modelos de instrumentos utilizados, ao longo dos anos, para coletar dados sobre mortalidade no país. O SIM é considerado uma importante ferramenta de gestão na área da saúde que subsidiam a tomada de decisão em diversas áreas da assistência à saúde. No nível federal, sua gestão está afeta à:

- (A) Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- (B) Agência de Vigilância Sanitária.
- (C) Secretaria de Vigilância à Saúde.
- (D) Fundação IBGE.
- (E) Fundação Oswaldo Cruz.

**Questão 27**

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) tem como objetivo coletar, transmitir e disseminar dados gerados rotineiramente pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica das três esferas de governo, por intermédio de uma rede informatizada, para apoiar o processo de investigação e dar subsídios à análise das informações de vigilância epidemiológica das doenças de notificação compulsória. Compete aos Estados:

- (A) distribuir as versões do SINAN e seus instrumentos de coleta de dados para as unidades notificadoras.
- (B) estabelecer diretrizes e normas técnicas para o SINAN.
- (C) consolidar os dados do SINAN provenientes dos municípios.
- (D) notificantes.
- (E) estabelecer fluxos e prazos para o envio de dados pelas unidades notificadoras.

**Questão 28**

A mais recente publicação sobre coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações acerca dos nascidos vivos para os Sistemas de Informações geridos pela Secretaria de Vigilância à Saúde é a:

- (A) Resolução SVS nº 94/2010.
- (B) Resolução do Ministério da Saúde nº 233/2011.
- (C) Portaria SVS nº 20/2003.
- (D) Portaria SVS nº 116/2009.
- (E) Portaria SVS nº 33/2011.

**Questão 29**

Com relação ao sistema de informação hospitalar descentralizado (SIHD) é correto afirmar que:

- (A) é ineficaz na avaliação da qualidade da atenção à saúde oferecida a uma população.
- (B) possibilita acompanhar o desempenho dos hospitais quanto às metas firmadas nos contratos entre gestor e hospitais.
- (C) se mostrou inadequado como ferramenta na construção do perfil de morbidade e mortalidade hospitalar.
- (D) a avaliação da qualidade da atenção à saúde oferecida a uma população é mais precisa quando seu processamento é centralizado.
- (E) o processamento centralizado do SIHD facilita a gestão local (estadual e municipal) no tocante a relação com os prestadores, na imposição de previsão de faturamento discordante dos valores finais e na consequente emissão de extrato de pagamento da produção com valor líquido diferente do real creditado pelo gestor.

**Questão 30**

Para o correto preenchimento das fichas e relatórios que compõem o SIAB (Sistema de Informação da Atenção Básica), alguns conceitos são necessários aos que manipularão este sistema de informação. O resultado da combinação de tecnologias empregadas para assistência à saúde de uma dada população define:

- (A) zona de informação.
- (B) peridomicílio.
- (C) protocolo de saúde.
- (D) modelo de atenção.
- (E) cadastro assistencial.

**SUS/MG - Geral****Questão 31**

A Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 prevê no capítulo relativo a Organização, a Direção e a Gestão do sistema único de saúde (SUS) que:

- (A) no nível municipal, o SUS poderá organizar-se em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde.
- (B) as ações e serviços de saúde, executados pelo SUS, seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma centralizada em níveis decrescentes de complexidade.
- (C) os municípios poderão constituir convênios para desenvolver, em conjunto, as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.
- (D) aos pactos administrativos intermunicipais aplica-se o princípio da múltipla direção, e os respectivos atos constitutivos disporão sobre sua observância.
- (E) serão criadas comissões intersetoriais de âmbito municipal, subordinadas a Secretaria Municipal de Saúde, integradas pelos representantes do colegiado de secretários municipais de saúde (COSEMS) e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil.

**Questão 32**

O diploma legal que alterou a Lei 8.080/1990, para dispor sobre assistência terapêutica e incorporação de tecnologia no âmbito do Sistema Único de Saúde é a alternativa:

- (A) Decreto 7508 de 28 de junho de 2011.
- (B) Lei 12.401 de 28 de abril de 2011.
- (C) Lei 12.466 de 24 de agosto de 2011.
- (D) Lei 10.741 de 1 de outubro de 2003.
- (E) Portaria 4279 de 30 de dezembro de 2010.

**Questão 33**

Com relação ao subsistema de internação e atendimento domiciliar e ao subsistema de acompanhamento durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, previstos na Lei 8.080/90, é correto afirmar que:

- (A) o atendimento e a internação domiciliares só poderão ser realizados por indicação da família, sem a concordância da equipe médica.
- (B) o atendimento e a internação domiciliares poderão ser realizados por indicação médica, sem necessidade de expressa concordância do paciente e de sua família.
- (C) o atendimento e a internação domiciliares serão realizados por médico habilitado que atuará nos níveis da medicina preventiva e terapêutica. A terapia reabilitadora por segurança do paciente deverá ser realizada em nível hospitalar.
- (D) na modalidade de assistência de atendimento e internação domiciliares incluem-se, principalmente, os procedimentos médicos, de enfermagem, fisioterapêuticos, psicológicos e de assistência social, entre outros necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio.
- (E) os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de até três acompanhantes durante todo o período de trabalho de parto e pós-parto imediato.

**Questão 34**

Corresponde ao conjunto de ações e serviços de saúde articulados em níveis de complexidade crescente, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência à saúde, a alternativa:

- (A) rede de atenção à saúde.
- (B) protocolo clínico.
- (C) porta de entrada.
- (D) planejamento setorial estratégico de saúde.
- (E) atenção primária.

**Questão 35**

Preencher a lacuna do texto a seguir.

As decisões do Conselho Estadual de Saúde (CES-MG) serão consubstanciadas em deliberações ou resoluções, que serão devidamente homologadas pelo Gestor do SUS no Estado, no prazo máximo de \_\_\_\_\_ dias após o seu efetivo recebimento pelo Secretário de Estado de Saúde, e publicadas no órgão de imprensa oficial.

- (A) quarenta e cinco.
- (B) sete.
- (C) trinta.
- (D) vinte.
- (E) quinze.

**Questão 36**

A Lei nº 8.080/1990 estabelece que os cargos de assessoramento, no âmbito do Sistema Único de Saúde:

- (A) deverão ser exercidos em escala de acordo com a necessidade de serviço.
- (B) poderão ser exercidos em regime de tempo parcial desde que a carga horária mínima seja de vinte horas semanais.
- (C) deverão ser exercidos em regime de tempo integral.
- (D) deverão ser exercidos em escala fixa e com metas de produtividade pré-definidas.
- (E) poderão ser exercidos em regime de tempo parcial desde que a carga horária mínima seja de cinco horas diárias.

**Questão 37**

A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, sendo exercida em cada esfera de governo por órgãos definidos em lei. Assim, é correto afirmar que no âmbito:

- (A) dos Estados e do Distrito Federal, o órgão direutivo é Secretaria do Ministério da Saúde presente em cada um destes entes federativos.
- (B) da União, tal atribuição é da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- (C) dos Municípios, é exercida pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.
- (D) da União, tal função é da Agência de Saúde Suplementar.
- (E) do Distrito Federal, a direção é do Ministério da Saúde.

**Questão 38**

Os recursos financeiros do SUS devem ser depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização:

- (A) do Ministério da Fazenda.
- (B) dos respectivos Conselhos de Saúde.
- (C) das respectivas Comissões de Finanças em Saúde.
- (D) do Ministério da Saúde.
- (E) da Secretaria Estadual de Saúde com auxílio do Ministério Público Federal.

**Questão 39**

Assinale a alternativa correta sobre as regiões de saúde:

- (A) para ser instituída a Região de Saúde deve conter, no mínimo, ações e serviços de urgência e emergência.
- (B) as regiões de saúde serão referência para as transferências de recursos entre os entes federativos.
- (C) as regiões de Saúde serão instituídas pelo Município, respeitadas as diretrizes gerais pactuadas na Comissão Intergestores Bipartite.
- (D) para ser instituída a Região de Saúde deve conter, no mínimo, ações e serviços de vigilância em saúde.
- (E) poderão ser instituídas regiões de saúde interestaduais, compostas por Municípios limítrofes, por ato conjunto dos respectivos Estados em articulação com os Municípios quando autorizados pela União através do Ministério da Saúde.

**Questão 40**

Com relação à gestão financeira, planejamento e orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é correto afirmar que:

- (A) é vedada a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, na área de saúde.
- (B) na esfera federal, os recursos financeiros, originários do Orçamento da Seguridade Social, de outros Orçamentos da União, além de outras fontes, serão administrados pelo Ministério da Fazenda.
- (C) o Ministério do Planejamento acompanhará, através de seu sistema de auditoria, a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados a Estados e Municípios.
- (D) para o estabelecimento de valores a serem transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, será suficiente o estudo do perfil demográfico da região.
- (E) constatada a malversação, desvio ou não aplicação dos recursos no SUS, caberá ao Tribunal de Contas da União aplicar as medidas previstas em lei.

**Questão 41**

Aponte o percentual de participação dos usuários do Sistema Único de Saúde no Conselho Estadual de Saúde do Estado de Minas Gerais (CES-MG).

- (A) 40%.
- (B) 70%.
- (C) 30%.
- (D) 25%.
- (E) 50%.

**Questão 42**

A duração do mandato dos membros do Conselho Estadual de Saúde (CES-MG) é de:

- (A) 1 ano.
- (B) 4 anos.
- (C) 2 anos.
- (D) 3 anos.
- (E) 18 meses.

**Questão 43**

As Comissões Intergestores pactuarão a organização e o funcionamento das ações e serviços de saúde integrados em redes de atenção à saúde, sendo:

- (A) a Comissão Intergestores Bipartite - CIB, no âmbito do Município, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde para efeitos administrativos e operacionais.
- (B) a Comissão Intergestores Tetrapartite - CIT, no âmbito da União, vinculada ao Ministério da Saúde para efeitos administrativos e operacionais.
- (C) a Comissão Intergestores Tripartite - CITri, no âmbito do Estado, vinculada à Secretaria Estadual de Saúde para efeitos administrativos e operacionais.
- (D) a Comissão Intergestores Regional - CIR, no âmbito regional, vinculada à Secretaria Estadual de Saúde para efeitos administrativos e operacionais, devendo observar as diretrizes da Comissão Intergestores Bipartite.
- (E) serão de competência exclusiva da CIB a pactuação dos critérios para o planejamento integrado das ações e serviços de saúde da Região de Saúde, em razão do compartilhamento da gestão.

**Questão 44**

O Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área. Sobre esta participação complementar é correto afirmar que:

- (A) será formalizada mediante contrato ou licitação, observadas, a respeito, as normas de direito privado.
- (B) aos proprietários, administradores e dirigentes de entidades prestadoras de serviços contratados é permitido exercer função de confiança sob supervisão da chefia de unidade no SUS.
- (C) os serviços contratados submeter-se-ão às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do direito privado, mantido o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- (D) os critérios e valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos pela direção nacional do SUS, aprovados no Conselho Nacional de Saúde.
- (E) pelo princípio da igualdade, as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, atualmente, concorrem com igualdade de preferência com as entidades com fins lucrativos para participar de prestação de serviços ao SUS.

**Questão 45**

O conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde, define:

- (A) rede de atenção básica em saúde.
- (B) diretrizes terapêuticas.
- (C) região de saúde.
- (D) vigilância epidemiológica.
- (E) vigilância sanitária.

**Conhecimentos Específicos****Questão 46**

De acordo com o Código de Processo Civil, o processo será extinto, sem a resolução do mérito, quando:

- (A) acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção.
- (B) decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.
- (C) homologar o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção.
- (D) acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência.
- (E) homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

**Questão 47**

A opção correta acerca da Agência Reguladora é:

- (A) As agências reguladoras são pessoas jurídicas de direito privado, que se submetem às mesmas regras concernentes às autarquias.
- (B) Justifica-se a garantia de estabilidade aos seus dirigentes por serem nomeados pelo Presidente da República e seu mandato não coincidir com o do Chefe do Poder Executivo.
- (C) Impossibilidade de se conferir às agências reguladoras de cobrarem taxas em virtude dos serviços que prestam bem como celebração de convênios.
- (D) Seus dirigentes se submetem à investidura especial e exercem mandatos fixos de 8 anos, somente podendo perdê-los em caso de condenação judicial transitada em julgado.
- (E) O dirigente, ao deixar a agência reguladora, deve cumprir um período de quarentena, de 60 dias, não podendo exercer atividade na iniciativa privada dentro do setor ao qual estava vinculado.

**Questão 48**

Quanto à imunidade prisional de parlamentares, é correto afirmar que:

- (A) a competência judicial, no caso de foro privilegiado, para julgar crimes cometidos por Senadores é do STJ, sendo que possuem imunidade material, mas não formal.
- (B) a competência judicial, no caso de foro privilegiado, para julgar crimes cometidos por Deputados Federais é do STJ, sendo que não possuem imunidade material, mas possuem imunidade formal.
- (C) os parlamentares distritais não possuem imunidade material nem formal.
- (D) os Parlamentares jamais poderão sofrer prisões cautelares, processuais ou provisórias.
- (E) os vereadores não têm “foro privilegiado” previsto na Constituição Federal, ao passo que sua imunidade material se restringe à circunscrição do município em que atua, bem como não possui imunidade formal.

**Questão 49**

Sobre lei complementar e lei ordinária, é correto afirmar que :

- (A) a Constituição exige lei complementar para disciplinar matéria de direito civil.
- (B) para aprovação de lei complementar exige quórum da maioria simples.
- (C) uma lei complementar não pode dispor sobre matéria de lei ordinária.
- (D) poderá ser modificada por lei ordinária lei complementar que versa sobre matéria em que a Constituição não reserva à lei complementar.
- (E) é constitucional lei ordinária que dispõe sobre matéria no qual a Constituição reserva à lei complementar.

**Questão 50**

Diante de grave crise econômica, a Sociedade Giacon Ltda. praticou determinados atos visando o recolhimento a menor de tributo sujeito a lançamento por homologação. Acontece que a autoridade fazendária, avaliando o conteúdo da declaração, constatou determinadas irregularidades e, por conseguinte, deflagrou o procedimento fiscalizatório. Sendo assim, espontaneamente, o representante da referida pessoa jurídica procurou o fisco com o objetivo de esclarecer a verdade, informando a prática de uma infração à legislação tributária. Sobre o exposto é correto afirmar que:

- (A) a conduta do representante da pessoa jurídica considera-se uma denúncia espontânea, visto que apenas se iniciou o processo fiscalizatório.
- (B) a responsabilidade pela prática das infrações é excluída, independentemente do pagamento do tributo.
- (C) a conduta do representante da pessoa jurídica considera-se uma denúncia espontânea, visto que não se iniciou o processo administrativo fiscal.
- (D) a conduta do representante da pessoa jurídica não é considerada denúncia espontânea, tendo em vista o início do processo fiscalizatório.
- (E) é defeso pelo código tributário, a denúncia espontânea para elidir a responsabilidade pela prática de infrações à legislação tributária.

**Questão 51**

A modalidade licitatória utilizada para os casos em que a Administração deseja selecionar um trabalho técnico, científico ou artístico de forma a promover o desenvolvimento cultural do país, sendo ofertado ao vencedor do certame um prêmio ou uma remuneração, denomina-se:

- (A) concurso.
- (B) diálogo Competitivo.
- (C) convite.
- (D) concorrência.
- (E) pregão.

**Questão 52**

Mario Luiz cede determinado imóvel a João Ferreira, aparentemente, a título gratuito. Acontece que, embora o contrato seja denominado como comodato, Mario está realizando a cobrança de determinados alugueis, o que faz denotar a natureza locatícia da relação entre as partes. Os valores têm sido efetivamente pagos por João. Dessa forma, é correto afirmar a existência do seguinte vício que macula o negócio jurídico:

- (A) dolo.
- (B) erro.
- (C) lesão.
- (D) coação.
- (E) simulação.

**Questão 53**

Em determinado processo administrativo fiscal foi imposta sanção a José Carlos, tendo em vista o descumprimento de certos preceitos contidos na legislação tributária. A autoridade fazendária lançou efetivamente o crédito tributário, aplicando ao referido contribuinte de direito à penalidade cominada pela norma. Acontece que, no intercurso do referido processo administrativo, sobreveio lei tributária mais benéfica, cominando penalidade menos severa do que anteriormente. Dessa forma:

- (A) a nova lei tributária não pode ser aplicada, tendo em vista o princípio da irretroatividade.
- (B) a nova lei tributária não pode ser aplicada, tendo em vista a aplicação do ato jurídico perfeito.
- (C) a lei tributária que cominava penalidade mais grave, aplica-se somente aos processos administrativos pendentes de apreciação pela autoridade fazendária, ainda que definitivamente julgado.
- (D) a lei tributária que cominava penalidade mais grave, aplica-se aos processos administrativos pendentes e futuros de apreciação pela autoridade fazendária.
- (E) a nova lei tributária pode ser aplicada, tendo em vista o princípio da retroatividade benigna.

**Questão 54**

De acordo com a Lei de Execução Fiscal:

- (A) a produção de provas pela Fazenda Pública depende de requerimento expresso na inicial.
- (B) constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública, somente às obrigações tributárias.
- (C) são admissíveis os embargos do executado, independentemente da garantia à execução.
- (D) a Fazenda Pública está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos.
- (E) a prática de atos judiciais pela Fazenda Pública, independe de preparo ou prévio depósito.

**Questão 55**

A Lei Orgânica do Município "Z" autoriza o Prefeito editar Medida Provisória com força de lei e eficácia imediata, devendo ser convertida em lei no prazo de até 30 dias. Em virtude disto, o Prefeito editou em 13 de dezembro de 2019 uma Medida Provisória que alterou para maior a alíquota do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos - ITBI, visando a cobrança do imposto para o exercício de 2020 (dois mil e vinte) com base na nova alíquota. Após 20 (vinte) dias de vigência, a Medida Provisória foi aprovada pela Câmara dos Vereadores, transformando-se em lei. Sobre o caso em questão, pode-se afirmar que:

- (A) a nova alíquota não pode ser cobrada no exercício de 2020.
- (B) a Medida Provisória poderia ter sido editada mesmo que não houvesse previsão expressa na Lei Orgânica do Município.
- (C) a forma de alteração da alíquota do ITBI é feita por Lei Complementar, de modo que não seria possível sua alteração por Medida Provisória.
- (D) a alteração da alíquota pela Medida Provisória editada pelo Prefeito é inconstitucional.
- (E) a nova alíquota pode ser cobrada já no exercício de 2020.

**Questão 56**

Gustavo de Souza e sua esposa apossaram-se de determinado terreno situado na Avenida Afonso Pena, nº 2.800, Savassi/MG. No referido terreno foram realizadas acessões e benfeitorias com o propósito de viabilizar-se a moradia. Acontece que Gustavo foi citado em determinada demanda possessória ajuizada pelo Estado de Minas Gerais, uma vez que o referido terreno é considerado bem público. Dessa forma, é correto afirmar que Gustavo é considerado:

- (A) possuidor, fazendo jus à indenização pelas acessões e não pelas benfeitorias.
- (B) detentor, não tendo direito de retenção e não fazendo jus à indenização pelas acessões ou benfeitorias.
- (C) possuidor, fazendo jus à indenização somente pelas benfeitorias.
- (D) detentor, tendo direito de retenção e indenização somente pelas acessões.
- (E) detentor, tendo direito de retenção e indenização somente pelas benfeitorias.

**Questão 57**

No que se refere ao contrato de comodato, pode-se afirmar que:

- (A) o comodato é o empréstimo gratuito de coisas fungíveis.
- (B) se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, não ficarão solidariamente responsáveis para com o comodante.
- (C) os tutores, curadores e em geral todos os administradores de bens alheios poderão dar em comodato, sem autorização especial, os bens confiados a sua guarda.
- (D) o comodatário poderá recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.
- (E) se, correndo risco, o objeto do comodato juntamente com outros do comodatário, antepuser este a salvação dos seus abandonando o do comodante, responderá pelo dano ocorrido, ainda que se possa atribuir a caso fortuito, ou força maior.

**Questão 58**

Luan Gonçalves, contribuinte de direito, realizou o pagamento antecipado de tributo sujeito à lançamento por homologação. Acontece que, o tributo foi recolhido a maior do que devido em face da legislação tributária aplicável. Em exame posterior a autoridade fazendária, verificou o regular pagamento do tributo, não se manifestando sobre os valores excedentes, e, por assim, extinguiu-se o crédito tributário. Dessa forma, acerca da ação de repetição do indébito tributário, o direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de:

- (A) 2 anos, computados a partir da data da decisão final na esfera administrativa.
- (B) 3 anos, computados a partir da data da decisão final na esfera administrativa.
- (C) 4 anos, computados a partir da data da extinção do crédito.
- (D) de 2 anos, computados a partir da data da extinção do crédito.
- (E) 5 anos, computados a partir da data da extinção do crédito.

**Questão 59**

No que concerne às empresas estatais, empresas públicas e às sociedades de economia mista, é correto afirmar que:

- (A) quanto à forma de organização, as empresas públicas são consideradas livres.
- (B) quanto à composição de capital, inadmissível proceder de entidade de direito privado integrante da Administração Indireta.
- (C) quanto ao foro competente, a sociedade de economia mista tem foro na Justiça Federal, ainda que seja da União.
- (D) somente a empresa pública pode falir, enquanto a sociedade de economia mista não.
- (E) tanto as empresas públicas quanto as sociedades de economia não precisam realizar concurso público para que possam preencher as suas vagas.

**Questão 60**

Com relação aos poderes da administração pública, pode-se afirmar que:

- (A) os municípios não possuem competência para regular o horário do comércio local.
- (B) a aplicação da verdade sabida é pertinente pelo nosso ordenamento jurídico por não contrariar o disposto no art. 5º, LV da Constituição Federal, que prevê a obrigatoriedade do contraditório e da ampla defesa nos processos administrativos.
- (C) os ciclos do poder de polícia são indelegáveis, exceto ordem de polícia.
- (D) o delegante pode ser responsabilizado por ato praticado pelo delegado.
- (E) a existência do decreto autônomo é admissível desde que o Presidente disponha sobre organização e funcionamento da Administração Pública Federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos e extinção de função ou cargos públicos, quando vagos.

**Questão 61**

São princípios institucionais do Ministério Público, expressamente, previstos na Constituição Federal:

- (A) a divisibilidade, a unidade e a cooperação.
- (B) a autonomia, a divisibilidade e a cooperação.
- (C) a hierarquia, a cooperação e a divisibilidade.
- (D) a hierarquia, a cooperação e a indivisibilidade.
- (E) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

**Questão 62**

De acordo com o Código Civil, a necessidade de realização da averbação/registro em registro público corresponde à alternativa:

- (A) emancipação pelo exercício de emprego público efetivo.
- (B) emancipação pela colação de grau em curso de ensino superior.
- (C) far-se-á a averbação no registro público, dos atos extrajudiciais de adoção.
- (D) far-se-á a averbação no registro público, dos atos judiciais de adoção.
- (E) a interdição por incapacidade relativa.

**Questão 63**

Acerca da organização administrativa, pode-se afirmar que:

- (A) a Fundação Pública, possuindo a natureza jurídica de direito privado, pode exercer atividade econômica.
- (B) a todas as fundações é aplicável, sem distinguir na espécie, se são de Direito Público ou de Direito Privado, a imunidade, quanto aos privilégios tributários.
- (C) quanto à composição do capital social, nas sociedades de economia mista, a maioria das ações com direito a voto e do Estado; já nas empresas públicas, o capital social tem que ser 50 % público e 50 % privado
- (D) quanto à nomeação dos dirigentes das estatais, há necessidade de aprovação pelo legislativo.
- (E) é permitida a criação de autarquia com a finalidade essencial de exploração de atividade econômica.

**Questão 64**

Os atos colegiados, como é o caso dos Conselhos e Comissões, quanto à intervenção da vontade administrativa, podem ser classificados como atos:

- (A) compostos.
- (B) complexos.
- (C) simples.
- (D) inexistentes.
- (E) de gestão.

**Questão 65**

No que se refere às causas de modificação de competência expressas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- (A) o foro contratual obriga somente os herdeiros e não os sucessores das partes.
- (B) reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações, quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- (C) dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- (D) o registro ou a distribuição da petição inicial não torna o juízo prevento.
- (E) serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.

**Questão 66**

Seguindo o entendimento sumulado pelo STJ:

- (A) o mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.
- (B) é cabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.
- (C) na repetição de indébito tributário, a correção monetária incide a partir da citação válida.
- (D) incide imposto de renda sobre a indenização por danos morais.
- (E) a entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal não constitui o crédito tributário.

**Questão 67**

No que concerne à legislação tributária:

- (A) o emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- (B) a lei tributária pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.
- (C) os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, e para definição dos respectivos efeitos tributários.
- (D) a expressão legislação tributária, somente compreende os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
- (E) o emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

**Questão 68**

A ação constitucional específica, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF, tem cunho residual e serve para fazer o controle concentrado de constitucionalidade sobre normas pré-constitucionais, leis federais, leis estaduais, leis municipais, e leis distritais, quer seja de natureza estadual quanto municipal, que lesarem preceito fundamental, desde que não haja outro meio eficaz de corrigir a lesão ao preceito fundamental, sob pena de não ser admitida pelo STF. Sendo assim, é um legitimado especial para propor ADPF:

- (A) Mesa do Senado Federal.
- (B) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) Partido com Representação Política no Congresso Nacional.
- (D) Mesa de Assembleia Legislativa.
- (E) Procurador-Geral da República.

**Questão 69**

De acordo com a Constituição Federal, é considerado um princípio geral da ordem econômica:

- (A) pluralismo político.
- (B) prevalência dos direitos humanos.
- (C) solução pacífica dos conflitos.
- (D) autodeterminação dos povos.
- (E) soberania nacional.

**Questão 70**

O Tribunal de Contas da União pode expedir algumas medidas cautelares. Quando falamos da medida cautelar determinada sem requerimento ou a pedido do MP, no começo ou no curso de qualquer apuração, se existirem indícios suficientes de que, caso o administrador público responsável pelas irregularidades prossiga no exercício de suas funções, possa atrasar ou atrapalhar a realização de auditoria ou inspeção, causar novos danos ao erário ou inviabilizar o seu resarcimento, por prazo não superior a um ano, estamos falando da seguinte medida cautelar:

- (A) afastamento temporário do responsável.
- (B) educativa.
- (C) indisponibilidade dos bens do responsável.
- (D) medida(s) ao arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito.
- (E) medida inominada.

**Questão 71**

De acordo com o Código de Processo Civil, não cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

- (A) indeferimento de oitiva de testemunha.
- (B) tutelas provisórias.
- (C) exclusão de litisconsorte.
- (D) admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros.
- (E) rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação.

**Questão 72**

No que concerne à competência tributária da União Federal, pode-se afirmar que se considera uma exceção ao princípio da legalidade tributária o:

- (A) Imposto de Renda.
- (B) Imposto sob Propriedade Territorial Rural.
- (C) Imposto de Importação.
- (D) Imposto sobre Grandes Fortunas.
- (E) Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana.

**Questão 73**

No que concerne à classificação de bens imóveis contida no Código Civil, a alternativa correta alusiva aos referidos bens é:

- (A) as energias que tenham valor econômico.
- (B) direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- (C) os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.
- (D) o direito à sucessão aberta.
- (E) direitos pessoais de caráter patrimonial, e respectivas ações.

**Questão 74**

No que concerne à competência, está correto o que se afirma em:

- (A) a ação em que o incapaz for réu será proposta no foro do domicílio do autor.
- (B) é competente o foro de domicílio ou residência do alimentante, para a ação em que se pedem alimentos.
- (C) é competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal.
- (D) a ação em que o ausente for réu será proposta no foro do domicílio do autor, também competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.
- (E) a ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.

**Questão 75**

No que concerne à liquidação de sentença, é correto afirmar que:

- (A) na liquidação é viável discutir de novo a lide para fins de modificação da sentença proferida.
- (B) a liquidação de sentença por procedimento comum, aplica-se aos casos em que há necessidade de alegar e provar fato novo.
- (C) somente realizar-se-á a liquidação de sentença por arbitramento quando houver convenção entre as partes.
- (D) quando a apuração do valor depender apenas de cálculo aritmético, o credor não poderá promover o cumprimento da sentença.
- (E) a liquidação de sentença não poderá ser requerida na pendência de recurso.

**Questão 76**

No que concerne ao processo administrativo disciplinar civil dos servidores:

- (A) as sanções penais e civis configuram *bis in idem* pois cada punição possui um fundamento diferente.
- (B) se um servidor for absolvido na esfera criminal por falta de provas, jamais poderá ser condenado na esfera administrativa.
- (C) a instauração de processo administrativo é dispensável para a concretização da exoneração de um servidor em estágio probatório.
- (D) segundo a jurisprudência nacional, inadmissível a instauração de processo administrativo mediante denúncia anônima.
- (E) inadmissível a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, mesmo que devidamente autorizada pelo juiz competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.

**Questão 77**

De acordo com o Código Tributário Nacional, a alternativa correta acerca das causas que suspendem a exigibilidade do crédito tributário, é:

- (A) transação.
- (B) compensação.
- (C) anistia.
- (D) isenção.
- (E) parcelamento.

**Questão 78**

“A perda parcial ou integral do bem, via de regra, em virtude de decisão judicial que atribui o uso, a posse, ou a propriedade a outrem, em decorrência de motivo jurídico anterior ao contrato de aquisição, podendo ocorrer, ainda, em virtude de ato administrativo do qual também decorra a privação da coisa”. A alternativa correta que alude ao instituto do direito civil em que se pode fundamentar a referida assertiva, é:

- (A) vício redibitório.
- (B) evicção.
- (C) exceção de contrato não cumprido.
- (D) distrato.
- (E) resolução por onerosidade excessiva.

**Questão 79**

Um partido político conseguiu eleger seu primeiro parlamentar ao Congresso Nacional nas eleições. O diretório nacional deste partido, ciente de uma situação de insegurança jurídica que ocorreu anteriormente, resolve ajuizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra uma lei federal que foi objeto de Ação Declaratória de Constitucionalidade proposta pelo Procurador-Geral da República e que teve como resultado a procedência do pedido pelo STF, pois o partido considera que não foram enfrentados todos os pontos pelo Supremo Tribunal. Sendo assim, é correto afirmar que:

- (A) o partido político não possui legitimidade ativa para ajuizar ADI perante o STF, ou seja, não tem a aptidão para ajuizar tal ação ao STF.
- (B) o Procurador-Geral da República não tinha legitimidade para ter ajuizado Ação Direta de Constitucionalidade contra esta lei federal.
- (C) se ocorrer perda da representação do partido político no Congresso Nacional, o Curso da ADI não prossegue normalmente.
- (D) em regra, os efeitos de uma declaração de inconstitucionalidade de uma lei federal são *ex nunc*.
- (E) uma lei declarada constitucional pode ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

**Questão 80**

João Carlos, médico, foi excluído dos quadros de uma sociedade cooperativa médica, sob o argumento de que desrespeitou alguns preceitos contratuais. Irresignado com a referida exclusão, João, promoveu determinada demanda, objetivando o reconhecimento da nulidade do ato administrativo, bem como a reparação de danos materiais e morais. Acontece que a sociedade cooperativa arguiu como matéria defensiva a prescrição, tendo em vista o decurso do prazo de três anos. Dessa forma, seguindo o entendimento do STJ, o prazo prescricional alusivo ao inadimplemento contractual é de:

- (A) 2 anos.
- (B) 5 anos.
- (C) 4 anos.
- (D) 10 anos.
- (E) 3 anos.